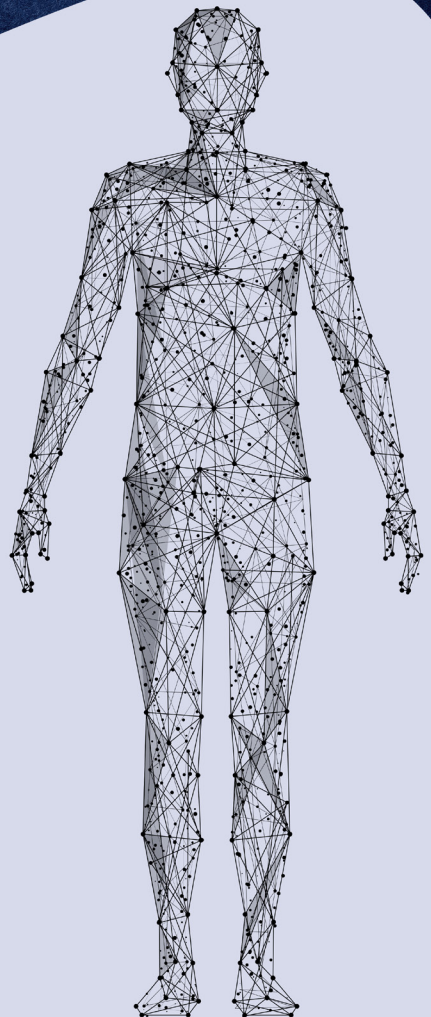


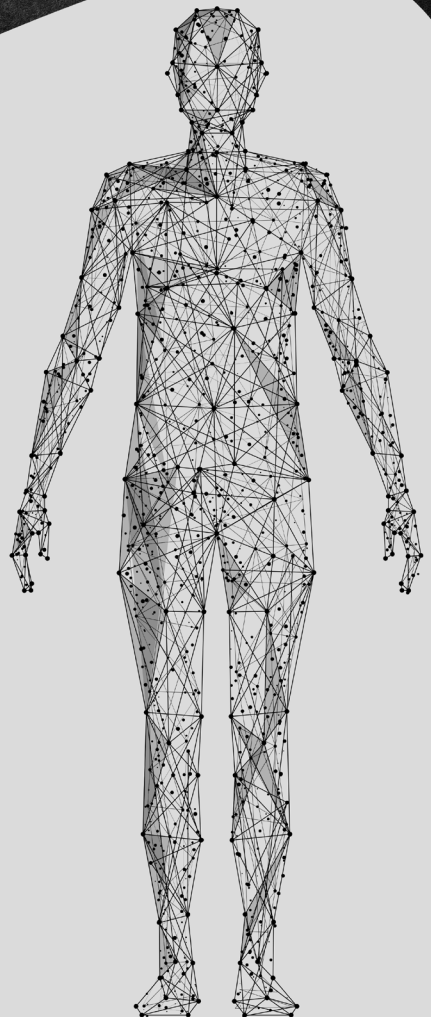
AS CIÊNCIAS HUMANAS COMO PROTAGONISTAS NO MUNDO ATUAL 3

GUSTAVO HENRIQUE CEPOLINI FERREIRA
(ORGANIZADOR)



AS CIÊNCIAS HUMANAS COMO PROTAGONISTAS NO MUNDO ATUAL 3

GUSTAVO HENRIQUE CEPOLINI FERREIRA
(ORGANIZADOR)



Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

As ciências humanas como protagonistas no mundo atual 3

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 As ciências humanas como protagonistas no mundo atual 3
/ Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-053-4

DOI 10.22533/at.ed.534211105

1. Ciências humanas. I. Ferreira, Gustavo Henrique
Cepolini (Organizador). II. Título.

CDD 101

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresento a Coletânea “As Ciências Humanas como Protagonistas no Mundo Atual 3” cuja diversidade teórica e metodológica está assegurada nos capítulos que a compõem. Trata-se de uma representação da ordem de quinze capítulos de professores, técnicos e pesquisadores oriundos de diferentes instituições.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento da Educação Básica no país em consonância com a formação de professores entre outras pesquisas que fomentem o desenvolvimento do país. Por isso, reitera-se a oportunidade em debater o papel das Ciências Humanas e seu protagonismo no mundo atual a partir de uma visão crítica, comprometida e propositiva para derrubar muros, cercas e fronteiras.

No decorrer dos capítulos as autoras e os autores apresentam importantes leituras a partir das ciências humanas e sociais e suas nuances interdisciplinares. Assim, esperamos que as análises e contribuições ora publicadas na Coletânea da Editora Atena propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates para compreensão das ciências humanas para compreensão e transformação do mundo atual, e, sobretudo, estabelecendo diálogos e pontes para um novo presente-futuro.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL: AVANÇOS, PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Cássio Giovanni

Juma Amanda Ferreira Santos

Yuly Marcela Giraldo Atehortua

Paula Dorothea Melcop

DOI 10.22533/at.ed.5342111051

CAPÍTULO 2..... 13

GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO: A DIFÍCIL CONSTRUÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

Raimundo Sousa

Terezinha F. A. M. dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.5342111052

CAPÍTULO 3..... 18

CONSCIÊNCIA E EDUCAÇÃO INTEGRAL TRANSDISCIPLINAR NO MOVIMENTO CONTEMPORÂNEO DO CONSCIENCIALISMO

Maribel Oliveira Barreto

Juliana Andrade Costa

DOI 10.22533/at.ed.5342111053

CAPÍTULO 4..... 31

INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS DIGITAIS: A FORMAÇÃO DE LICENCIANDOS NO CONTEXTO TRANSDISCIPLINAR

Luciana de Lima

Robson Carlos Loureiro

DOI 10.22533/at.ed.5342111054

CAPÍTULO 5..... 43

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Leoclécio Dobrovoski Silva Pereira

Maria José Pirete

DOI 10.22533/at.ed.5342111055

CAPÍTULO 6..... 56

CURRÍCULO MENOR EM CIÊNCIAS: INCURSÕES PELO PENSAMENTO DE GILLES DELEUZE E FÉLIX GUATTARI

Edilena Maria Corrêa

DOI 10.22533/at.ed.5342111056

CAPÍTULO 7	65
DO VALOR/ALUNO/ANO AO CUSTO-ALUNO-QUALIDADE (CAC) E CUSTO-QUALIDADE- INICIAL: O CONTROLE SOCIAL NA CONSOLIDAÇÃO DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS COMO POLÍTICA DE ESTADO (1998-2021)	
Wellington Ferreira de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.5342111057	
CAPÍTULO 8	81
RETOS PARA UNA EDUCACIÓN INTERCULTURAL. PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS HACIA LA DIVERSIDAD CULTURAL PRESENTE EN EL DISCURSO DOCENTE DE ESCUELAS MULTICULTURALES DE SANTIAGO DE CHILE	
Tricia Mardones Nichi	
DOI 10.22533/at.ed.5342111058	
CAPÍTULO 9	92
O SENTIDO DO BRINCAR E DO JOGAR NA INFÂNCIA HUMANA COMO FUNDAMENTOS À CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA SOCIAL	
Carmem Lucia Albrecht da Silveira	
Munir José Lauer	
Rosimar Serena Siqueira Esquinsani	
DOI 10.22533/at.ed.5342111059	
CAPÍTULO 10	105
PAIS, FILHOS E A PANDEMIA DA COVID-19: NOVOS DESAFIOS MEDIADOS PELAS TIC	
Márcia Stengel	
Vanina Costa Dias	
Simone Pereira da Costa Dourado	
Liliam Pacheco Pinto de Paula	
Samara Souza Diniz Soares	
Phamela Aryane Sudré Aguiar	
DOI 10.22533/at.ed.53421110510	
CAPÍTULO 11	119
INOVAÇÕES DIDÁTICAS NA ENFERMAGEM: RECURSOS MULTIMÍDIA COMO TECNOLOGIA EDUCACIONAL	
Gabriel Arruda de Souza Fernandes	
Telma Marques da Siva	
DOI 10.22533/at.ed.53421110511	
CAPÍTULO 12	129
LA PRISIÓN: UN CAMPO DE REPRODUCCIÓN DE SUJETOS	
Alejandra González Herrera	
Adriana Obando Aguirre	
DOI 10.22533/at.ed.53421110512	

CAPÍTULO 13.....	146
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS: FERRAMENTA DE COMBATE À CRISE DO COVID-19 E MECANISMO DE EXPANSÃO DA CIDADANIA	
Luciano Crotti Peixoto	
DOI 10.22533/at.ed.53421110513	
CAPÍTULO 14.....	157
CONSULTORIA EMPRESARIAL ATRAVÉS DE PROJETO INTERDISCIPLINAR EM EMPRESAS DO VESTUÁRIO DO RECIFE (PE)	
Paava de Barros de Alencar Carvalho Filgueira	
Danielle Silva Simões-Borgiani	
Dario Brito Rocha Júnior	
Karina Carla de Araujo Fernandes	
Anete Sales da Paz Ramos da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.53421110514	
CAPÍTULO 15.....	171
O SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL COM SUPORTE AO PROCESSO DECISÓRIO NA STARTUP	
Wilson Lourenço de Oliveira	
Simone Flávia de Sousa Oliveira	
Napoleão Verardi Galegale	
DOI 10.22533/at.ed.53421110515	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	187
ÍNDICE REMISSIVO.....	188

CAPÍTULO 1

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL: AVANÇOS, PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Data de aceite: 01/05/2021

Cássio Giovanni

Doutor em ciências, programa Saúde Global e Sustentabilidade, pela FSP-USP, São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/0725556254280573>

Juma Amanda Ferreira Santos

Mestranda da FSP-USP, São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/1975762583460863>

Yuly Marcela Giraldo Atehortua

Estudante da Fundación Universitaria los
Libertadores, trabalha no Ministerio de
Educación Nacional de Colombia
Cartago (Colômbia)
<http://lattes.cnpq.br/6866000375937154>

Paula Dorothea Melcop

historiadora pela FFLCH-USP, São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/1491473313373355>

Este artigo é fruto do trabalho final da disciplina Política e Gestão Ambiental, vinculada aos programas de mestrado Ambiente, Saúde e Sustentabilidade e Saúde Pública, oferecidos pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Artigo similar foi publicado no XIII Workshop de Pós-Graduação e Pesquisa do Centro Paula Souza (ISSN 2175-1897), evento realizado no período de 16 a 19 de outubro de 2018. A presente obra se trata de versão atualizada do referido artigo.

RESUMO: Ao se tratar de meio ambiente, devem ser considerados os aspectos físico, químico, biológico, social, político, cultural e econômico que o compõem. A educação ambiental (EA) é crucial

para que essa compreensão, holística e crítica, seja difundida na sociedade. Assim, este trabalho objetivou analisar o cenário da EA no Brasil, sob o ângulo das políticas públicas. O método se baseou em pesquisa bibliográfica, considerando avanços, perspectivas e dificuldades da EA no país. Os resultados indicam que a inserção da EA como disciplina, nos ensinamentos fundamental e médio, limita e fragmenta a discussão sobre o tema e o conhecimento nas escolas. Ademais, a precariedade de recursos materiais e a falta de capacitação dos professores são grandes desafios na promoção da EA.

PALAVRAS - CHAVE: educação ambiental, políticas públicas, sustentabilidade.

PUBLIC ENVIRONMENTAL EDUCATION POLICIES IN BRAZIL: ADVANCES, PERSPECTIVES AND CHALLENGES

ABSTRACT: The environment understanding must embrace physical, chemical, biological, social, political, cultural and economic aspects. Environmental education (EA) is crucial for the transmission of this holistic and critical approach to society. Thus, this study aimed to analyze the context of EA's public policies in Brazil. The method was based on bibliographic research, considering advances, perspectives and difficulties of EA in the country. The results indicate that, in elementary, middle and high school, a specific discipline on EA limits and fragments the discussion and knowledge in these fields. In addition, the deficiency of material resources and lack of teacher training are significant challenges in environmental education promotion.

KEYWORDS: environmental education, public policies, sustainability.

1 | INTRODUÇÃO

Ao longo da história, o meio ambiente teve diversos conceitos e implicações para o ser humano. Inicialmente idealizado como simples provedor da subsistência, na Revolução Industrial passou a ser concebido como fornecedor de matérias-primas e, hoje, possui conotação que também leva em conta os preceitos do desenvolvimento sustentável (FOWLER; MANOLESCU; GUIMARÃES, 2008).

De acordo com o Relatório Brundtland, denominado Nosso Futuro Comum, desenvolvimento sustentável corresponde à forma como as atuais gerações satisfazem as suas necessidades sem, no entanto, comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades (WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, 1987).

A sustentabilidade, por sua vez, requer e implica equidade e justiça sociais, proteção e conservação do meio ambiente, eficiência econômica, democracia política e respeito às diversidades culturais (RATTNER, 1999). Atualmente, sob esse prisma, e tendo em vista as perspectivas holística e sistêmica, o meio ambiente deve ser analisado e entendido de maneira ampla, humanista e crítica (BRASIL, 1999) e, por consequência, considerado fundamental para a qualidade de vida das populações (FOWLER; MANOLESCU; GUIMARÃES, 2008).

Ao encontro desse expediente encontra-se a concepção de que o ser humano é obra e construtor do meio ambiente, formulada na Conferência de Estocolmo (UNEP, 1972). Nesse sentido, o *Homo sapiens* faz parte do meio ambiente e pode influenciá-lo e modificá-lo. Concomitantemente, tal espécie pode ser influenciada e modificada pelo mesmo, devido aos seus ecossistemas, aos recursos, ao clima e a outros fatores.

Em virtude dessa necessidade de levar a reflexão para a sociedade, ampliando sua compreensão e consciência acerca do meio ambiente no qual se encontra integrada e englobada, o presente trabalho objetiva analisar a evolução da educação ambiental (EA) no Brasil. Para isso, são apresentados e discutidos o contexto e o arcabouço legal da EA no Brasil, com ênfase na Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), e os desafios encontrados no país quanto à efetivação de ações públicas concernentes ao tema.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

Ao se tratar de meio ambiente, a referência não deve ser somente aos aspectos físico, químico e biológico. Ratifica-se que os seres humanos pertencem ao meio ambiente, e as relações que eles estabelecem, sociais, econômicas, políticas e culturais, também compõem esse cenário. Essas interações e dinâmicas são, portanto, objetos da área

ambiental (BRASIL, 1997a).

No Brasil, meio ambiente como política pública surgiu após a Conferência de Estocolmo, em 1972, quando, devido às iniciativas das Nações Unidas de inserir o tema nas agendas dos governos, foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), ligada à Presidência da República. Uma política pública representa a organização da ação do Estado para solução de um problema ou atendimento de uma demanda específica da sociedade. (SORRENTINO et al., 2005).

A EA se caracteriza como um princípio na Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), ou seja, instituída pela Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Segundo esse instrumento legal, a EA deve abarcar todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente (BRASIL, 1981).

Conforme Sato, Gauthier e Parigipe (2005), a EA deve configurar-se como luta política, entendida em seu nível mais poderoso de transformação, a ser revelada em uma disputa de posições e proposições sobre o destino das sociedades, dos territórios e das desterritorializações. Segundo tais autores, a EA transcende o conhecimento técnico-científico e considera o saber popular igualmente capaz de proporcionar caminhos de participação para a sustentabilidade, mediante transição democrática.

Em outras palavras, a EA expressa um processo educativo eminentemente político, que intenciona desenvolver nos educandos uma consciência crítica acerca de instituições, atores, fatores sociais geradores de riscos e respectivos conflitos socioambientais. Nessa linha, busca-se uma estratégia pedagógica para atuação diante de tais divergências, a partir de meios coletivos de exercício da cidadania, direcionados na criação de demandas por políticas públicas participativas exigidas pela gestão ambiental democrática (LAYRARGUES, 2002).

Na prática da EA, é necessário fomentar relações de compromisso e reciprocidade, nas quais todas as dimensões do mundo – íntima, interativa, social e biofísica – estão conectadas entre si, em termos de doação e recepção. A EA deve ser tema transversal, interdisciplinar e transdisciplinar, inserido em todos os níveis educacionais (ensinos infantil, fundamental, médio, técnico e superior) (OKAMURA et al., 2005), assim como na educação não formal (BRASIL, 1999).

Dadas as ameaças biológicas, químicas, nucleares à sociedade e ao ambiente, EA e noção de sustentabilidade são determinantes para a ponderação e o discernimento sobre caminhos de enfrentamento dos riscos globais. Na modernidade reflexiva, as contribuições da EA para uma vida democrática mais intensa empoderaram, frequentemente, os mais diversos atores e coletividades, de modo a lhes promover o que se pode denominar de reinvenção da cidadania, conferindo à política do cotidiano características emancipatórias (BARBOSA, 2008).

Nessa percepção, emerge e ratifica-se a importância da EA, cujo propósito é também

mostrar, com toda clareza, as interdependências sociais, culturais, econômicas, políticas e ecológicas do mundo moderno, no qual decisões e comportamentos dos diversos países podem ter consequências de alcance internacional. (CONFERÊNCIA DE TBILISI, 1977).

Na Constituição Federal (CF) do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, o Artigo 225 é destinado a tratar da esfera ambiental e aborda aspectos da EA, de acordo com trecho a seguir:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente (BRASIL, 1988).

Dentro do arcabouço legal construído no Brasil, enfatiza-se a Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e dá outras providências. A PNEA objetiva o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos (BRASIL, 1999).

A PNEA define EA como os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Em 2000, a educação ambiental integrou, pela segunda oportunidade, o Plano Plurianual (2000-2003), desta vez na dimensão de um programa institucionalmente vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2005).

Em 5 de janeiro de 2007, sancionou-se a Lei Federal nº 11.445, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, entre outras providências. Trata-se da Política Nacional de Saneamento Básico (PNSB) que, entre seus objetivos, intenciona promover educação ambiental voltada para a economia de água pelos usuários (BRASIL, 2007).

Em 2 de agosto de 2010, sancionou a Lei Federal nº 12.305, a qual institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS); altera a Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. A PNRS integra a PNMA e se articula com a PNEA e a PNSB, apresentando, respectivamente, a EA e a capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos como um de seus instrumentos e objetivos (BRASIL, 2010).

A EA tem se inserido nas políticas públicas do Estado brasileiro no campo do Ministério da Educação (MEC), como estratégia de incremento da educação pública, e no domínio do Ministério do Ambiente (MMA), por meio de uma função de Estado totalmente

nova (SORRENTINO et al., 2005).

3 | MÉTODO

Para elaboração deste trabalho, realizou-se pesquisa bibliográfica acerca do histórico da EA no Brasil, com foco nos dispositivos legais construídos no país e influenciados pelo panorama internacional. Fez-se o levantamento de leis federais no escopo ambiental, a fim de se analisar o caráter da menção à EA em tais instrumentos. A partir dessa discussão, foi possível estabelecer marcos legais que propiciaram a evolução das políticas públicas de EA, em território nacional.

Também se buscaram na literatura a caracterização e as dimensões da EA, especialmente na conjuntura da educação formal, para sua estruturação e abordagem holística e crítica nas escolas. O mesmo procedimento foi efetuado para a pesquisa quanto aos desafios enfrentados na área, levando em conta as políticas públicas nacionais.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A inserção crítica da EA nas escolas públicas coaduna-se com as práticas pedagógicas pensadas coletivamente, a compreensão das contradições da realidade dos colégios, a competência técnica dos profissionais e a fundamentação epistemológica (MAIA; TEIXEIRA; AGUDO, 2015).

A EA formal é a educação escolar desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando: I - educação básica: a) educação infantil; b) ensino fundamental e c) ensino médio; II - educação superior; III - educação especial; IV - educação profissional; V - educação de jovens e adultos (BRASIL, 1999).

Um ponto essencial, constante na PNEA, é que a EA não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino. Reporta-se que nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da EA, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica (BRASIL, 1999).

Contudo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) n° 221/2015, de autoria do senador Cássio Cunha Lima, visa à alteração das Leis Federais n° 9.394/1996 (que fixa as diretrizes e bases da educação) e n° 9.795/1999, para inserção da educação ambiental como disciplina específica e obrigatória nos ensinos fundamental e médio. O parlamentar alega que as escolas, atualmente, são orientadas a abordar princípios de EA de forma integrada a outros componentes curriculares, e tal estratégia se mostra insuficiente para que os estudantes tenham formação sobre as diferentes dimensões da sustentabilidade e sobre práticas como reciclagem e reúso de água (ALTAFIN, 2016).

Todavia, a Rede Brasileira de Educação Ambiental et al. (2016) são contrárias ao PLS n° 221/2015, pois entendem que a inserção da EA como disciplina atua na contramão

da experiência e dos estudos internacionais em torno da questão, além de configurar uma concepção prescritiva e fragmentada do processo de construção dos saberes ambientais. Estes exigem uma compreensão sistêmica das questões socioambientais, políticas, econômicas e culturais que envolvem diversas áreas do conhecimento e das tradições sociais. Uma educação ambiental crítica, emancipatória e transformadora deve transpassar todo o currículo e se manifestar também na gestão democrática e na construção de espaços educadores sustentáveis, dentro e fora da escola.

Na mesma linha, Muniz e Lacerda (2019) assinalam que a solução para os problemas relacionados à deficitária transversalidade da EA não é isolá-la das demais áreas e, por conseguinte, descaracterizá-la. As autoras entendem que o caminho adequado é investir na formação inicial e continuada dos profissionais da educação, pois só assim será suscitado um olhar diferente sobre as questões ambientais, a fim de que elas não fiquem restritas aos currículos escolares e aos muros dos colégios.

No ensino superior, a legislação, ao dialogar com a PNEA, preconiza que a temática da EA deve estar referenciada nos Projetos Pedagógicos de Cursos, não necessariamente estipulada como uma disciplina, mas em um enfoque que vai além desse tratamento. Nas universidades, devem ser proporcionados espaços de debate e atividades práticas, de modo envolvente e interdisciplinar, abrangendo o conhecimento no campo real, com análise e aperfeiçoamento das ações e dos resultados (SILVA; HAETINGER, 2012).

No ensino fundamental, Trajber e Mendonça (2006) mostram que a EA oportunizou mudanças em quesitos como conservação de patrimônio, solidariedade, resíduos, relações entre os alunos, novas práticas pedagógicas, melhoria do ambiente físico, maior diálogo entre os professores e diminuição do desperdício.

Dessa forma, compreende-se que o PLS nº 221/2015 contribui fortemente para segmentar e desagregar conhecimentos, experiências e práticas atrelados à EA, visto que esta ficará concentrada em uma disciplina específica, comprometendo os aspectos de transversalidade e interdisciplinaridade.

4.1 Desafios a serem superados para a efetivação da educação ambiental no Brasil

Um problema enfrentado para a implementação e consolidação da EA versa sobre a falta de capacitação dos professores, para que eles desenvolvam articuladamente o tema em sala de aula. Ainda hoje, muitos profissionais da educação associam meio ambiente exclusivamente a elementos como florestas, rios, fauna e flora, desconhecendo que as cidades, os monumentos e o ser humano fazem parte desse conjunto (CAMPOS, 2012).

A Declaração de Brasília, elaborada em 1997, corrobora que o modelo de educação vigente nas escolas e universidades responde a posturas derivadas do paradigma positivista e da pedagogia tecnicista, as quais postulam um sistema de ensino fragmentado em disciplinas, o que se constitui um empecilho para a implementação de modelos de

educação ambiental integrados e interdisciplinares (BRASIL, 1997b).

Outro entrave está ligado à falta de fomento à EA não formal, que deve extrapolar as ações práticas promovidas por movimentos sociais e organizações não governamentais. Cabe ao Estado proporcionar e divulgar os mais diversos meios para melhorar a efetividade e o alcance da EA, firmando parcerias estratégicas com os demais atores, como a difusão das informações através dos veículos de comunicação de massa (CAMPOS, 2012).

Ressalta-se, também, que a problemática engloba a falta ou a deficiência de material didático adequado para orientar o trabalho de EA nas escolas. Os materiais disponíveis, em geral, estão distantes da realidade na qual são utilizados e apresentam caráter apenas informativo e principalmente ecológico, não incluindo temas sociais, econômicos e culturais, reforçando as visões reducionistas da questão ambiental (BRASIL, 1997b).

Barbosa (2008) engendra um panorama relativo aos desafios das Secretarias de Estado da Educação (SEDUC), pertencentes às Unidades Federativas do Brasil. Agruparam-se, hierarquicamente, as prioridades informadas por gestores e técnicos responsáveis pela coordenação da EA nos 26 estados e no Distrito Federal. Como resultado, tem-se o Quadro 1:

Ordem prioritária	Unidade Federativa	Desafio
1	AC, AL, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RR, SC, SP e TO	Formação continuada dos professores em educação ambiental
2	AC, AM, AP, CE, DF, ES, MG, MS, PB, PI, PR, RN, RO, RR, RS, SC e SE	Inserção curricular qualificada, estimulando a abordagem da EA no projeto político-pedagógico das escolas
3	AL, MA, MS, PA, PB, PE, PI, RN, RO e TO	Incentivo à criação e ao fortalecimento das comissões de meio ambiente e qualidade de vida
4	BA, ES, MG, PA, SC, SE, SP e TO	Institucionalização da EA na SEDUC
5	AL, BA, CE, DF, PE e RS	Monitoramento e avaliação das ações e projetos de EA
6	GO, MT e RJ	Apoio ao controle social da EA – redes, colegiados, fóruns, comitês, Coletivos Jovens de Meio Ambiente etc
	RJ, RR e SE	Política de financiamento para EA
	AM, GO e RS	Universalização da EA em toda a educação básica

7	AP e SP	Formação inicial e continuada das equipes gestoras e técnicas em EA
	AM e MT	Gestão compartilhada e participativa
8	MA	Participação das regionais de ensino nos Coletivos Educadores

Quadro 1 - Ordem prioritária dos desafios das SEDUC ligados às políticas estaduais de EA

Fonte: Barbosa (2008, p. 16)

Tocante às dificuldades enfrentadas por escolas de ensino fundamental, o trabalho de Trajber e Mendonça (2006) destaca, em território nacional, a precariedade de recursos materiais (267 escolas das 418 entrevistadas) e a falta de tempo para o planejamento e realização de atividades extracurriculares (249 escolas) (Figura 1).

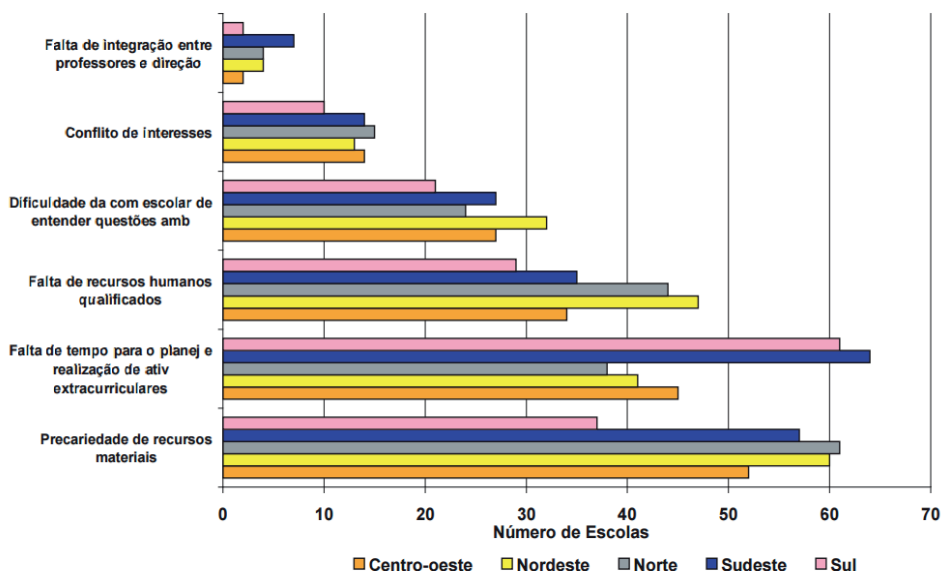


Figura 1 - Principais dificuldades enfrentadas no desenvolvimento da EA no Brasil

Fonte: Trajber e Mendonça (2006, p. 60)

No ensino superior, Thomaz (2006) assinala que existe ainda pouco interesse das universidades em englobar questões ambientais nas suas estruturas curriculares, porventura em decorrência da histórica forma de organização em departamentos. Barbieri (2004) explicita que a maioria dos programas de cursos superiores trata a EA isoladamente, fato que restringe seu escopo a atividades pontuais como Dia do Meio Ambiente ou programas de coleta seletiva de resíduos.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os preceitos, as diretrizes e os objetivos da EA preconizam a integração e a interdependência dos aspectos ambientais, sociais, culturais, políticos, tecnológicos e econômicos, caracterizando uma interpretação na qual essas dinâmicas se encontram interligadas. A EA, em seus princípios, deve ter caráter reflexivo, contestador e crítico, de forma a propiciar visão multifacetada da realidade a que pessoas, ecossistemas e recursos naturais estão incorporados.

No Brasil, a EA é tratada e contemplada sob diversos prismas e legislações, incluindo a CF de 1988 e as Leis Federais nº 6.938/1981 (PNMA), 9.795/1999 (PNEA), 11.445/2007 (PNSB) e 12.305/2010 (PNRS). A PNEA constitui-se importante instrumento para definição e execução de diretrizes relacionadas ao desenvolvimento da EA, aplicáveis às ações dos diferentes níveis de governo e à sociedade em geral.

No que tange às dificuldades para a expansão e a consolidação da EA em território nacional, destacam-se a precariedade dos recursos materiais, a falta de capacitação do corpo docente e a necessidade de políticas sólidas do Estado, quanto ao ensino não formal e à inserção curricular transversal no ensino formal.

O PLS nº 221/2015, que altera as Leis Federais nº 9.394/1996 e 9.795/1999, caso seja aprovado pelos parlamentares e sancionado pela Presidência, desvirtuará e prejudicará a EA no ensino formal, pois lhe suprimirá atributos como transversalidade e interdisciplinaridade. A EA, ao ficar restrita a uma disciplina nos ensinos fundamental e médio, perderá seu caráter holístico e sistêmico, o qual é imprescindível para a compreensão das questões socioambientais, políticas, econômicas e culturais que envolvem diversas áreas do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ALTAFIN, I. G. **Educação ambiental pode ser disciplina obrigatória no ensino básico**. Senado Federal. Brasília, 2016. Disponível em: <www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/03/29/educacao-ambiental-pode-ser-disciplina-obrigatoria-na-educacao-basica>. Acesso em: 14 jun. 2017.

BARBIERI, J. Educação ambiental e a gestão ambiental nos cursos de graduação em administração: objetivos, desafios e propostas. **Revista de Administração Pública**, v. 38, n. 6, p. 919-946, 2004.

BARBOSA, L. C. **Políticas Públicas de Educação Ambiental numa Sociedade de Risco: tendências e desafios no Brasil**. IV Encontro Nacional da Anppas. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao11.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2017.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 09 nov. 2016.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm>. Acesso em: 15 maio 2017.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 15 maio 2017.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm>. Acesso em: 25 set. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm>. Acesso em: 10 abr. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Apresentação dos Temas Transversais. Brasília, 1997a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. **Programa nacional de educação ambiental - ProNEA**. 3. Ed. 102p. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. **Declaração de Brasília para a Educação Ambiental**. Brasília, 1997b. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001871.pdf>>. Acesso em: 12 dev. 2021.

CAMPOS, A. P. **A educação ambiental como instrumento de efetivação do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado**. Fundação Boiteux. Florianópolis, 2012.

CONFERÊNCIA DE TBILISI. **Algumas Recomendações da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental aos Países Membros i**. Tbilisi, 1977. Disponível em: <<http://www.fzb.rs.gov.br/upload/20130508155354tbilisi.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2021.

FOWLER, F; MANOLESCU, F. M. K.; GUIMARÃES, A. **A legislação ambiental brasileira no processo de desenvolvimento econômico sustentável**. XII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VIII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação. Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP. São José dos Campos, 2008. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2008/anais/arquivos/INIC/INIC0946_01_O.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2021.

LAYRARGUES, P.P. **A crise ambiental e suas implicações na educação**. In: QUINTAS, J.S. (Org.) Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente. 2ª edição. Brasília: IBAMA. p. 159-196. 2002. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/livros/pensandoepraticandoaeducacaoambientalnagestaodomeioambientedigital.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2021.

MAIA, J. S. S.; TEIXEIRA, L. A.; AGUDO, M. M. Educação ambiental como campo de disputas: a necessária discussão epistemológica. **Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**. ISSN 2177-1642. Macapá, n. 7, p. 75-87, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/planeta/article/view/2237/jorgen7.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

MUNIZ, C. F.; LACERDA, J. R. **Educação Ambiental: um olhar contrário ao PLS 221/2015**. In: Educação Ambiental na Educação Básica - Entre a disciplinarização e a transversalidade da temática socioambiental. Editora Na Raiz. Segunda Edição, p. 131. São Paulo, 2019.

OKAMURA, C.; SANTOS, A. O.; BLANQUES, A. M.; MORAIS, A. F.; FABRIANI, C. B. R.; ARDANS BONIFACINO, H. O.; BOMFIM, L. A.; KIM, L. V.; OLIVEIRA, N. R.; MLYMARZ, R. B. Documento Síntese do Fórum “Olhando para o Futuro”. **Psicologia USP**, 2005, 16(1/2), 271-277. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/pusp/v16n1-2/24665.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2021.

RATTNER, H. Sustentabilidade - uma visão humanista. **Ambient. Soc. [online]**, n.5, pp. 233-240. ISSN 1414-753X. Campinas, 1999. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s1414-753x1999000200020>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

REDE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL et al. Manifesto de educadoras e educadores ambientais contra o PLS 221/2015. **Revista do meio ambiente**, 2016. Disponível em: <<http://revistaea.org/pf.php?idartigo=2304>>. Acesso em: 12 fev. 2021.

SATO, M.; GAUTHIER, J. Z.; PARIGIPE, L. **Insurgência do grupo-pesquisador na Educação Ambiental Sociopoética**. In: SATO, M.; CARVALHO, I.C.M. (orgs). Educação Ambiental. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2015. Altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que “dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências”, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação**. Brasília, 2015. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/120737>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

SILVA, A.; HAETINGER, C. Educação ambiental no ensino superior - conhecimento a favor da qualidade de vida e da conscientização socioambiental. **Revista Contexto & Saúde Ijuí**. Editora Unijuí, v. 12, n. 23, p. 34-40, jul/dez 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoesaude/article/download/1832/2538>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; MENDONÇA, P.; FERRARO JUNIOR, L. A. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 2, p. 285-299. São Paulo, 2005. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2.pdf> Acesso em: 02 maio 2017.

THOMAZ, C. **Educação ambiental na formação inicial de professores**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2006.

TRAJBER, R.; MENDONÇA, P. R. **Educação na diversidade: o que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao5.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

UNEP - The United Nations Environment Programme. **Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment**. Estocolmo, 1972. Disponível em: <<http://legal.un.org/avl/ha/dunche/dunche.html>>.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Our Common Future**. Transmitted to the General Assembly as an annex to document A/42/427, 1987. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>>. Acesso em: 05 abr. 2017.

ÍNDICE REMISSIVO

B

Brincar 7, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104

C

Campo 7, 4, 6, 11, 20, 21, 46, 56, 57, 58, 59, 61, 63, 65, 66, 72, 73, 75, 76, 77, 85, 95, 105, 106, 109, 111, 117, 122, 129, 135, 137, 138, 140, 142, 143, 158, 171, 187

Cidadania 8, 3, 20, 21, 24, 66, 101, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156

Ciências 2, 5, 6, 1, 13, 24, 27, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 105, 119, 128, 170

Comunicação 7, 21, 33, 34, 38, 41, 50, 51, 95, 96, 100, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 128, 158, 163, 170, 185

Consciência 6, 2, 3, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 35, 41, 43, 92, 94, 95, 98, 100, 101, 102, 103

Consciencialismo 6, 18, 19, 24, 25, 26

Consultoria 8, 157, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 170

Covid-19 7, 8, 44, 45, 50, 53, 105, 106, 107, 108, 110, 113, 116, 117, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 155

Crise Sanitária 146, 147, 149

D

Democracia 7, 2, 92, 93, 94, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 136, 150

Design de moda 157, 160, 169

Diversidad Cultural 7, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91

E

Educação 5, 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 41, 42, 43, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 92, 98, 99, 100, 103, 104, 108, 111, 114, 115, 119, 120, 121, 126, 127, 128, 152, 158, 159, 160, 187

Educação Ambiental 6, 1, 2, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11

Educação Cidadã 92

Educação Integral 6, 18, 19, 20, 22, 23, 26, 27, 28, 29

Educación Intercultural 7, 81, 82, 83, 88, 89, 90, 91

Ensino de ciências 6, 31, 39, 56, 57, 58, 63, 64

Escola Ribeirinha 56, 58, 59

F

Família 21, 22, 50, 51, 98, 99, 101, 104, 105, 106, 107, 108, 113, 115, 118

Formação de licenciandos 32

G

Gestão democrática 6, 6, 13, 15, 16, 65, 66

Gestão pública educacional 13

I

Infância 7, 23, 57, 92, 93, 94, 97, 99, 100, 102

Informação 8, 41, 51, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 117, 118, 121, 161, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 182, 183, 184, 185, 186

J

Jogar 7, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104

M

Mediação 95, 105, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118

P

Pais 7, 50, 51, 52, 72, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118

Plano de educação 16

Políticas Públicas 6, 1, 3, 4, 5, 9, 11, 16, 44, 53, 54, 75, 108, 146, 147, 150, 151, 152, 153, 154, 155

Práticas Pedagógicas 7, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90

Prática Interdisciplinar 157, 169

Precarização 6, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 53, 54, 55

Prisão 129

Privado de libertad 129

R

Registro Civil 8, 146, 147, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156

Reprodução 39, 96, 129, 160

S

Startups 171, 177, 180

Sujeito 22, 23, 24, 34, 38, 63, 94, 95, 97, 98, 99, 117, 129

Sustentabilidade 1, 2, 3, 4, 5, 11

T

Tecnologia Digital 31, 38, 39, 40

Tecnologia Educacional 7, 119, 123, 125, 126, 128

Tecnologias 6, 31, 36, 38, 39, 45, 51, 52, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 121, 122, 125, 128, 175, 179

Tomada de decisão 109, 171, 172, 173, 174, 178, 181, 182, 183, 184, 185

Trabalho 6, 1, 2, 5, 7, 8, 13, 20, 23, 28, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 65, 66, 72, 109, 110, 114, 119, 120, 124, 125, 126, 127, 128, 152, 172, 174, 183

Transdisciplinaridade 18, 23, 24, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 40, 41, 42, 159

AS CIÊNCIAS HUMANAS COMO PROTAGONISTAS NO MUNDO ATUAL 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 


www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


 **Atena**
Editora

Ano 2021

AS CIÊNCIAS HUMANAS COMO PROTAGONISTAS NO MUNDO ATUAL 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 